

PEDIDO FEITO:

Em relação ao procedimento investigatório conduzido pela Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo do Ministério Público da União em face do major Willian Pina Botelho sobre sua participação como infiltrado na operação que resultou na prisão de 21 jovens secundaristas em 4 de setembro de 2016, e que foi arquivado no dia 25 de novembro, mencionado na matéria jornalística <https://ponte.org/balta-feliz/>, a ARTIGO 19 gostaria de saber: (i) A quais fatos exatamente disse respeito à investigação? Estavam incluídas as atividades de monitoramento e infiltração realizados ou apenas os acontecimentos do dia 4 de setembro? (ii) Quais foram as pessoas ouvidas durante a investigação? (iii) Qual foi o fundamento para o arquivamento do procedimento? (iv) Ainda, com base na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a ARTIGO 19 gostaria de solicitar acesso ao inteiro teor do procedimento.

RESPOSTA RECEBIDA:

Agradecemos o contato com este canal de comunicação e informamos que a solicitação acerca de informações sobre processos de cunho pessoal (em nome de pessoas jurídicas ou físicas) em tramite no MPF são considerados como pedidos de certidão, porém mesmo sendo o direito de informação e certidão uma garantia constitucional a todo cidadão, este não está isento do cumprimento de requisitos e regulamentações que melhor compatibilizem esta garantia. Conforme a Portaria nº 1080/2012 (anexa), a solicitação de informações processuais de caráter pessoal, se solicitada por terceiros, necessita de procuração com firma reconhecida visando a segurança das informações. Informamos ainda, que as informações de interesse público e coletivo são publicadas em nosso site e no Portal da Transparência "www.transparencia.mpf.mp.br", ressalvadas as de caráter sigiloso e as que possam pre